



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

## TERMO DE REFERÊNCIA

### CAPÍTULO I

#### DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

#### 1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo determinar as condições que disciplinarão de acordo com o Estudo Técnico Preliminar e conforme condições, quantidades, exigências e estimativas contidas neste Termo de Referência o Registro de Preços para aquisição de óleos, lubrificantes e graxas para a frota de veículos da Prefeitura Municipal de São Borja.

ITEM	OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE	QUANT. MÍNIMA A SER COTADA	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	AGENTE REDUTOR LÍQUIDO NOX AUTOMOTIVO ARLA BALDE COM 20 LITROS.	Balde	207	104	R\$ 64,32	R\$ 13.314,24
2	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO AUTOMOTIVO PARA MOTOR DIESEL 4 TEMPOS, VISCOSIDADE SAE 15W40 PARA MOTORES DIESEL TURBINADOS, SERVIÇOS SEVEROS, ALTA PERFORMANCE, 1ª LINHA, QUE ATENDA OU EXCEDA A CLASSIFICAÇÃO API CI 4 - ACEA E-7, COM HOMOLOGAÇÃO MBB 228.3, VOLVO VDS-3, CUMMINS CES20078, TECNOLOGIA MINERAL; PRODUTO COM CERTIFICADO ISO 9001:2000. NÃO RECICLADO. BALDE COM 20 LITROS.	Balde	376	188	R\$ 435,86	R\$ 163.883,36
3	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO PARA MOTOR DIESEL TURBINADO, NÃO RECICLADO. OPERANDO EM CONDIÇÕES SEVERAS, TECNOLOGIA SEMI-SINTÉTICA, VISCOSIDADE 10W40, QUE ATENDA OU EXCEDA A CLASSIFICAÇÃO API CI-4 ACEA E7/E4-08. BALDE COM 20 LITROS.	Balde	76	38	R\$ 403,31	R\$ 30.651,56
4	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO PARA MOTORES DIESEL TURBINADOS, OPERANDO EM CONDIÇÕES SEVERAS, TECNOLOGIA SEMISINTÉTICA, VISCOSIDADE SAE 15W40, QUE ATENDA OU EXCEDA A CLASSIFICAÇÃO APJ CJ-4 ACEA E7/E4-08. NÃO RECICLADO. BALDE COM 20L.	Balde	36	18	R\$ 382,97	R\$ 13.786,92
5	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO PARA MOTORES DIESEL, VISCOSIDADE SAE 5W30, TECNOLOGIA SINTÉTICA, QUE ATENDA OU EXCEDA A CLASSIFICAÇÃO API SL, ACEA C2-12 E C3-12. NÃO RECICLADO. FRASCO COM 1L.	Frasco	98	49	R\$ 30,92	R\$ 3.030,16
6	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO PARA MOTOR DIESEL TURBINADO OPERANDO EM CONDIÇÕES SEVERAS,	Balde	18	13	R\$ 529,83	R\$ 9.536,94



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

	TECNOLOGIA SINTÉTICA, VISCOSIDADE 10W40, QUE ATENDA OU EXCEDA A CLASSIFICAÇÃO API CF, ACEA E7/E4. BALDE COM 20 LITROS.					
7	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR DIESEL, REF. D PLUS-50 ESPECÍFICO PARA TRATOR JD MODELO 6100J. BALDE COM 20L.	Balde	4	4	R\$ 710,22	R\$ 2.840,88
8	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SAE 20W50 MOTOR FLEX OU BICOMBUSTÍVEL, TECNOLOGIA MINERAL, SAE 20W50, QUE ATENDA OU EXCEDA A CLASSIFICAÇÃO API - SL ACEA A-3, OU SUPERIOR; PRODUTO COM CERTIFICADO ISO 9001:200. NÃO RECICLADO. FRASCO COM 1 LITRO.	Frasco	488	244	R\$ 16,33	R\$ 7.969,04
9	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO PARA MOTORES A GASOLINA OU BICOMBUSTÍVEIS, TECNOLOGIA SEMISINTÉTICA, SAE 10W40, QUE ATENDA OU EXCEDA A CLASSIFICAÇÃO API SL. NÃO RECICLADO. FRASCO COM 1L.	Frasco	176	88	R\$ 20,73	R\$ 3.648,48
10	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SAE 15W40 MOTOR FLEX OU BICOMBUSTÍVEL, TECNOLOGIA SEMI-SINTÉTICO, SAE 15W40, QUE ATENDA OU EXCEDA A CLASSIFICAÇÃO API SL. NÃO RECICLADO. FRASCO COM 1 LITRO.	Frasco	300	150	R\$ 25,77	R\$ 7.731,00
11	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SAE 5W30 MOTOR FLEX OU BICOMBUSTÍVEL, 5W30, TECNOLOGIA SINTÉTICA, QUE ATENDA OU EXCEDA A CLASSIFICAÇÃO API SL, ACEA A3/B3-04. NÃO RECICLADO. FRASCO COM 1 LITRO.	Frasco	268	134	R\$ 26,65	R\$ 7.142,20
12	ÓLEO MULTIVISCOSO PARA MOTOCICLETA, 4 TEMPOS, TIPO 20W40 OU SIMILAR, TECNOLOGIA MINERAL, QUE ATENDA OU EXCEDA A CLASSIFICAÇÃO API - SL. NÃO RECICLADO, FRASCO COM 1 LITRO.	Frasco	30	15	R\$ 15,63	R\$ 468,90
13	ÓLEO LUBRIFICANTE MONOVISCOSO PARA TORQUE E SISTEMAS DE TRANSMISSÃO VISCOSIDADE SAE 10W. NÃO RECICLADO. BALDE COM 20 LITROS.	Balde	100	50	R\$ 365,25	R\$ 36.525,00
14	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO PARA TORQUE E SISTEMAS DE TRANSMISSÕES VISCOSIDADE 10W30, QUE ATENDA A CLASSIFICAÇÃO ALISSON C-3, MASE MS 1204 E FORD NEW HOLLAND FNHA-2. NÃO RECICLADO. BALDE COM 20 LITROS.	Balde	100	50	R\$ 316,27	R\$ 31.627,00
15	ÓLEO LUBRIFICANTE P/ CX. CÂMBIO SAE 75W80, BD.20 LITROS.	Balde	36	22	R\$ 395,00	R\$ 14.220,00
16	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SAE 85W140, PARA DIFERENCIAL QUE ATENDA OU EXCEDA A CLASSIFICAÇÃO API GL-5 E HOMOLOGAÇÃO MIL L-2105 D. NÃO RECICLADO. BALDE COM 20 LITROS.	Balde	116	58	R\$ 393,44	R\$ 45.639,04
17	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SAE 90 PARA CAIXA DE CÂMBIO E DIFERENCIAL, VISCOSIDADE SAE 90; QUE ATENDA OU EXCEDA A	Balde	116	58	R\$ 328,88	R\$ 38.150,08



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

	CLASSIFICAÇÃO API GL-5; COM HOMOLOGAÇÃO MBB 235.0, PRODUTO COM CERTIFICADO ISO 9001:2000. NÃO RECICLADO. BALDE COM 20 LITROS.					
18	ÓLEO LUBRIFICANTE MONOVISCO SAE 40 PARA CAIXA DE CÂMBIO E DIFERENCIAL, VISCOSIDADE SAE 40, QUE ATENDA OU EXCEDA A CLASSIFICAÇÃO API GL-5, COM HOMOLOGAÇÃO MBB 235.0, PRODUTO COM CERTIFICADO ISO 9001:2001, PRODUTO DE 1ª LINHA. NÃO RECICLADO. BALDE COM 20 LITROS.	Balde	65	33	R\$ 289,23	R\$ 18.799,95
19	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCO PARA DIFERENCIAL, VISCOSIDADE SAE 80W90, QUE ATENDA OU EXCEDA A CLASSIFICAÇÃO API GL 5. NÃO RECICLADO. BALDE COM 20 LITROS.	Balde	88	44	R\$ 522,27	R\$ 45.959,76
20	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA CAIXA 85W90, BALDE DE 20 LITROS QUE ATENDA OU EXCEDA A CLASSIFICAÇÃO API GL 5.	Balde	20	15	R\$ 383,90	R\$ 7.678,00
21	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO ISO VG 46. NÃO RECICLADO. BD 20L	Balde	160	80	R\$ 222,06	R\$ 35.529,60
22	ÓLEO LUBRIFICANTE HIDRÁULICO ISO VG 68, COM PONTO FULGOR 240°C, PRODUTO COM CERTIFICADO ISO 9001:2000. NÃO RECICLADO. BALDE COM 20 LITROS.	Balde	320	160	R\$ 219,97	R\$ 70.390,40
23	ÓLEO HIDRÁULICO ISO VG 100, NÃO RECICLADO BALDE COM 20 LITROS.	Balde	11	11	R\$ 306,63	R\$ 3.372,93
24	ÓLEO LUBRIFICANTE, TIPO ATF, TIPO DEXRON II. NÃO RECICLADO. BALDE COM 20 LITROS.	Balde	112	56	R\$ 347,86	R\$ 38.960,32
25	GRAXA A BASE DE SABÃO DE CÁLCIO, GRAU NLGI 2, PARA CHASSI BALDE COM 20 LITROS.	Balde	42	21	R\$ 499,67	R\$ 20.986,14
26	GRAXA À BASE DE SABÃO DE LÍTIO, ESPECIFICAÇÃO NGLI 2 GRAU EP-2; PARA APLICAÇÃO EM MANCAIS, JUNTAS HOMOCINÉTICAS, CHASSIS, ROLAMENTOS, COM VALIDADE DE 02 ANOS, BALDE DE 20 KG.	Balde	95	48	R\$ 434,11	R\$ 41.240,45
27	ADITIVO PARA RADIADOR, DILUÍDO EM ÁGUA, COM ETILENOGLICOL E ADITIVOS DE ORIGEM ORGÂNICA, DILUÍDO EM ÁGUA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. FRASCO COM 01 LITRO.	Frasco	1670	835	R\$ 5,23	R\$ 8.734,10
28	ADITIVO PARA RADIADOR, CONCENTRADO, COM ETILENOGLICOL E ADITIVOS DE ORIGEM ORGÂNICO, CONCENTRADO (NÃO DILUÍDO EM ÁGUA), COM ESPECIFICAÇÃO MBB 325.3, COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS A PARTIR DA ENTREGA. FRASCO COM 01 LITRO.	Frasco	573	287	R\$ 5,70	R\$ 3.266,10
29	FLUIDO HIDRÁULICO PARA FREIO, TIPO DOT 3, COM EXIGÊNCIA ISO 4925 CLASSE 3, NBR 9292 ABNT 3, COM VALIDADE MÍNIMA DE 02 ANOS DA DATA DA ENTREGA. FRASCO COM 500ML.	Frasco	40	20	R\$ 10,78	R\$ 431,20
30	FLUÍDO HIDRÁULICO PARA FREIO, TIPO DOT 4, ISO 4925 CLASSE 4 NBR 9292 ABNT 4, COM VALIDADE MÍNIMA DE 02	Frasco	473	237	R\$ 13,26	R\$ 6.271,98



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

	ANOS A PARTIR DA DATA DA ENTREGA. FRASCO COM 500ML.					
31	LIMPADOR DE CARTER E MOTOR (FLUSH) FRASCO COM APROXIMADAMENTE 400 ML.	Frasco	50	25	R\$ 85,94	R\$ 4.297,00
32	ÁGUA DESTILADA PARA BATERIAS AUTOMOTIVAS FRASCO COM 01 LITRO.	Frasco	90	45	R\$ 5,22	R\$ 469,80
33	DESINGRIPANTE 300 MLSPRAY.	Unidade	318	159	R\$ 6,85	R\$ 2.178,30
34	LIMPA CONTATO SPRAY 300ML.	Unidade	198	99	R\$ 11,75	R\$ 2.326,50
35	DESCARBONIZANTE 300ML SPRAY.	Unidade	80	40	R\$ 12,28	R\$ 982,40

1.2 O valor estimado total é de **R\$ 507.836,55 (quinhentos e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).**

1.3 A pesquisa de preços, realizada de acordo com o Decreto Municipal nº 20.108, de 28 de agosto de 2023, encontra-se em anexo ao processo.

## **2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência do Registro de Preços é de até 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período na forma dos art. 84 Lei Nº 14.133/2021.

## **3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS**

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- ( X ) bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- ( ) bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- ( ) serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- ( ) serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)

3.3.90.30.00.00.00.00 – Material de Consumo

## **CAPÍTULO II DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

O objeto do presente termo é a aquisição de óleos, lubrificantes e graxas, que necessitam ser trocados devido ao desgaste natural decorrente de seu uso e tempo de vida útil nos veículos da frota da Prefeitura Municipal de São Borja, afim de possibilitar, junto a outras manutenções que se fazem necessárias, um serviço de qualidade no que diz respeito ao transporte de alunos, das redes municipal e estadual de ensino, transporte de pacientes e servidores do município.

A contratação faz-se necessária, para garantir as condições para uma boa conservação das viaturas da frota do município, para que os mesmos encontrem-se aptos a trafegarem e, executarem com excelência os referidos serviços à comunidade local.

## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

5.1 A aquisição dos materiais objeto do presente Termo de Referência se constitui em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Sendo assim, verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos.

5.2 Por se tratar de itens comuns, diversas opções são facilmente encontradas no mercado, o que abre uma ampla concorrência para possíveis fornecedores, proporcionando maior competitividade no fornecimento dos itens e consequentemente melhores preços para a Administração.

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

6.1 A empresa deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

6.2 A empresa deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados aos itens fornecidos.

6.3 A empresa deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

6.4 A empresa deverá proporcionar a entrega dos materiais para atender as secretarias conforme condições e quantidades constantes em ordem de compra emitida por cada secretaria requisitante.

6.5 A empresa deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, inclusive os custos no que tange ao transporte na hipótese de entrega do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

6.6 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações exigidas.

6.7 As embalagens dos produtos devem estar em perfeitas condições, intactas e sem perfurações.

6.8 Todos os itens bem como os procedimentos relacionados ao seu fornecimento deverão estar de acordo com a legislação vigente e demais dispositivos legais.

### **CAPÍTULO III DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**7.1.** Fornecimento direto de óleos, lubrificantes e graxas, que necessitam ser trocados devido ao desgaste natural decorrente de seu uso e tempo de vida útil nos veículos da frota da Prefeitura Municipal de São Borja, afim de possibilitar, junto a outras manutenções que se fazem necessárias, um serviço de qualidade no que diz respeito ao transporte de alunos, das redes municipal e estadual de ensino, transporte de pacientes e servidores do município.

#### **8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**

##### **8.1. PRAZO**

Prazo de entrega de até 20 dias, a contar do 1º dia útil posterior a data da confirmação do recebimento, pela ADJUDICATÁRIA, da nota de empenho ou ordem de compra que será enviada por e-mail ou outro meio de contato que tenha sido previamente disponibilizado pela ADJUDICATÁRIA.

##### **8.2. LOCAL E HORÁRIO**



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

Os materiais deverão ser entregues no Departamento de Material, Patrimônio e Documentos, Rua João José de Oliveira Freitas, nº 479, Vila Cabeleira, São Borja/RS, CEP: 97670-000 no horário das 7h às 13h e das 14h às 16h, em dias úteis. Telefone (55) 3431-1105, e-mail [dmpd@saoborja.rs.gov.br](mailto:dmpd@saoborja.rs.gov.br).

## **9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

### **9.1. São obrigações da Contratante:**

- a)** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b)** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c)** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d)** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e)** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f)** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**10.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a)** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

- b)** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c)** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d)** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)**

( X ) O prazo de garantia do objeto, contra defeitos de fabricação e validade do produto deverá ser de, no mínimo, 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

#### **12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**12.1.** Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**12.2.** O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**12.3.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

**12.4.** O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

**12.5.** O responsável pela fiscalização do contrato será o Servidor Fernando Mendes Schneider, Engenheiro Industrial Mecânico, e seu substituto será o servidor Guilherme Pedroso Marquardt, Agente Administrativo Auxiliar.

### **13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES**

**13.1.** O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

## **CAPÍTULO V DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO**

**14.1.** O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**14.2.** A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

### **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;
- II. multa;
- III. impedimento de licitar e contratar;
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 15.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 15.2, de 1% (um por cento) do valor do contrato por dia de atraso, aplicada por deixar de executar o objeto



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, limitado a 10 dias consecutivos, configurando inexecução parcial do contrato.

15.2.4.1. De 15% (quinze por cento) do valor do contrato, aplicado por deixar de executar o objeto contratado sem motivo justificado e aceito pela fiscalização, por período superior a 10 dias consecutivos. Fica a critério da Administração a não aceitação do objeto, de forma a configurar inexecução total do contrato, sem prejuízo as demais sanções e penalidades cabíveis.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 15.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 15.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 15.2.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 15.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do Prefeito.

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 15.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 15.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 15.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 15.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

## **16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO**

**16.1** O pagamento será efetuado mediante empenho, após o recebimento do objeto e apresentação da nota fiscal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

**16.2** Os valores contratuais poderão sofrer reequilíbrio devido variação expressiva dos preços praticados no mercado, a fim de manter as condições efetivas da proposta;

**16.3** A solicitação do reequilíbrio deverá vir do interessado, Contratante ou Contratada, comprovando a variação expressiva dos preços praticados no mercado durante o período e demonstrando, através de notas fiscais, planilha de custos, pesquisa no mercado local a porcentagem do impacto dessa variação.

## **CAPÍTULO VI**

### **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**17.1** A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, da Lei Federal nº 14.133/2021;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

**17.2** Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência, com a indicação do critério de julgamento por menor preço;

**18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA**

**18.1.** A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a)** identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b)** a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c)** prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d)** apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e)** assinatura do responsável legal da empresa.

**18.2 AMOSTRA**

( x ) Não                      ( ) Sim

**18.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE**

( x ) Não                      ( ) Sim

**19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

Para fins de habilitação neste processo licitatório, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto.

Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002;

Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a)** registro comercial completo (inscrição e suas alterações), no caso de empresa individual;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) prova de Regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
- d) prova de regularidade com a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- f) certificado de Regularidade de situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS;
- g) prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento;

**19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA**

( ) Sim (X) Não



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

**19.2 VISTORIA**

( X ) Não                      ( ) Sim                      ( ) Opcional                      ( ) Obrigatória.

**19.3 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL**

Não se aplica.

**19.4 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs**

O item 2 será reservada cota de até 25% para microempresas e empresas de pequeno porte.

Os demais itens a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**19.5 JUSTIFICATIVA DAS VEDAÇÕES**

A vedação quanto a participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

A participação de consórcio é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.

**20. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

20.1 O valor estimado total é de **R\$ 507.836,55 (quinhentos e sete mil, oitocentos e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).**

**21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Não se aplica.

São Borja/RS, 27/08/2024.

Anderson Silva Knapp  
Agente Adm. Auxiliar - Dep. de Compras

Caroline Cogo Contreira  
Secretária de Planejamento



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA**

**( ) Defiro**

**( ) Indefiro**

---

**Prefeito de São Borja/RS**